



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

DIÁRIO
inconveniente

A oposição Javelin

No ambiente de incerteza económica em que estamos a viver, com a inflação a galopar e a ameaça da subida das taxas de juro, é mais do que certo que as famílias vão perder rendimentos este ano.

É preciso remediar esse cenário, especialmente para as famílias mais carenciadas da nossa região, que são muitas.

Um estudo dos investigadores Bruno Carvalho, Maria Esteves e Susana Peralta, lido no jornal "Expresso", revela que as perdas de poder de compra, este ano, das 20% das famílias com menos rendimentos, atingirão cerca de 476 euros, nada comparado com os 60 euros de prestação extraordinária que o governo anunciou em sede de Orçamento de Estado, destinada às famílias que beneficiam da tarifa social de electricidade, extensiva aos Açores.

A baixa de impostos aprovada na Assembleia Legislativa dos Açores veio a revelar-se oportuna em todo este contexto e, tal como informou esta semana o governo, fez com que a receita fiscal até aumentasse nos últimos meses.

Os partidos da oposição, que deviam estar preocupados com este cenário incerto para tantas famílias, não só vão reprovando estas medidas de apoio social, como até apresentam propostas absurdas de criação de taxas e mais burocracias para os empresários, como foi aquela ideia peregrina da taxa turística.

A oposição, nestes meses, mais parece um foguete Javelin descomandado, sem estratégia consistente e apenas a tentar dificultar as boas propostas da coligação.

Mesmo nas situações de trapalhada em que se envolve, amiúde, este governo, a oposição não sabe retirar dividendos com alternativas credíveis.

Foi preciso um ano e meio na oposição para Vasco Cordeiro, agora reeleito líder do PS, reconhecer os sinais de descontentamento que os açorianos transmitiram nas sucessivas eleições regionais.

E mesmo assim não aprendeu a lição, ao aprovar uma taxa turística contra a esmagadora maioria da sociedade açoriana, incluindo parceiros sociais e todas as representações associativas do sector.

Partidos que não percebem esses sinais e que mantêm uma postura de apenas atrapalhar a governação, com consequências para toda a sociedade, é reveladora da fraqueza das suas alternativas, pelo que só atrasam a sua chegada ou regresso ao poder.

Não é com palavras e actos de contrição que a política se afirma,
É com actos.

CRITICAR - Causou alguma perplexidade as declarações, esta semana, do Presidente Bolieiro, quando se insurgiu contra os reparos dos empresários de S. Jorge, dizendo que eles "não podem criticar"!

Como assim? A quem se pede, agora, licença para criticar? Qual é o critério? E a oposição, também não pode criticar? E a seguir, os jornalistas também?

A crítica, sendo séria, é uma forma eficaz de refrescar o discurso em de-

mocracia e provocar mais motivação aos poderes instalados.

A infeliz declaração de Bolieiro só pode ter sido um lapso de pensamento.

Ninguém vai pensar que tem a ver com esta época em que as máscaras estão a cair...

LEGISLAR - Os srs. deputados regionais já provaram que não sabem legislar. Fizeram aquela vergonha legislativa dos carros descaracterizados, que o Tribunal Constitucional não demorou dois minutos em considerar inconstitucional, a pedido do Rep-Rep.

A taxa turística, com toda a certeza, vai seguir o mesmo caminho. Aguarda-se que o Rep-Rep, mais uma vez, no intervalo de uma cerimónia de croquetes, envie o malfadado diploma para o Tribunal Constitucional.

Como diz o jurista Arnaldo Ouirique, a propósito da Comissão da Reforma da Autonomia, o que se faz no parlamento não é para levar muito a sério.

ÉTICA - João Leão, enquanto ministro das Finanças, aprovou um financiamento para um projecto do ISCTE. Ao que parece, foi o único projecto financiado, apesar de outras universidades terem concorrido (a dos Açores ainda aguarda os 3 milhões prometidos pelo tal ministro Heitor).

Agora, João Leão sai do governo e vai... para o ISCTE!

Já antes, tínhamos assistido a um filme semelhante com Mário Centeno, que saiu directamente das Finanças para Governador do Banco de Portugal.

Dizem que a Lei das Incompatibilidades não prevê estes casos, pelo que se pergunta aos srs. políticos para que serve, então, uma lei que eles próprios criaram, onde existem alçapões para suas excelências contornarem a legalidade e, pelos vistos, sem vergonha da ética.

À ESPERA - Já vamos com ano e meio de governação em coligação e mais de oito da governação PS a nível nacional, mas o novo cabo submarino não avança, a nova cadeia continua a "bagacinar", a Universidade dos Açores não recebe o que lhe prometeram, não há avião de transporte de carga, o subsídio de mobilidade "absurdo" e "ruinoso" continua sob reflexão de um qualquer grupo de trabalho, o prometido entreposto de gás natural no porto da Praia da Vitória já se foi, a descontaminação dos terrenos das Lajes foi um ar que se lhe deu, os radares meteorológicos aguardam bom tempo, a ampliação da pista da Horta continua sob denso nevoeiro, a do Pico anda em círculo de chamarrita e a reforma para os açorianos mais cedo do que a média nacional nunca mais chega.

Horta Osório tem razão, Portugal é um país com falta de ambição.

